



Nova Convenção Coletiva de Trabalho já está em vigor

Eis a íntegra da Convenção Coletiva de Trabalho, com vigência entre 1 de novembro de 2006 e 31 de outubro de 2007, assinada entre o Sindicato do Comércio Varejista do Distrito Federal – Sindivarejista – e o Sindicato dos Empregados no Comércio do DF:

CONVENÇÃO COLETIVA DE TRABALHO, FIRMADA ENTRE O SINDICATO DO COMÉRCIO VAREJISTA DO DISTRITO FEDERAL – SINDIVAREJISTA/DF, E O SINDICATO DOS EMPREGADOS NO COMÉRCIO DO DISTRITO FEDERAL – SINDICOM/DF, RESPECTIVAMENTE, REPRESENTANDO OS EMPREGADORES E OS EMPREGADOS DO COMÉRCIO NÃO REPRESENTADOS POR SINDICATO ESPECÍFICO, EM CONFORMIDADE COM A CONSTITUIÇÃO FEDERAL, A CLT, E AS CLÁUSULAS E CONDIÇÕES SEGUINTE.

CLÁUSULA 1ª – REAJUSTE SALARIAL

As empresas representadas pelo Sindicato do Comércio Varejista do Distrito Federal – SINDIVAREJISTA/DF, concedem aos seus empregados, representados pelo Sindicato dos Empregados no Comércio do Distrito Federal – SINDICOM/DF, a partir de 1º de novembro de 2006, data-base da categoria, um reajuste salarial de 4% (quatro por cento) incidente sobre o



Os presidentes do Sindivarejista, Antonio Augusto de Moraes, e do Sindicato dos Comerciantes, Geralda Godinho, na solenidade de assinatura da Convenção

salário de 31 de outubro de 2006, podendo ser aplicado o princípio da proporcionalidade de 1/12 (um doze avos) por mês trabalhado, para os empregados admitidos após 1º de novembro de 2005.

PARÁGRAFO PRIMEIRO – Se a assinatura desta Convenção ocorrer após o fechamento da folha de novembro, a diferença referente ao pagamento do reajuste poderá ser em folha suplementar ou juntamente com o salário de dezembro de 2006.

PARÁGRAFO SEGUNDO – Será facultada a compensação das antecipações e aumentos salariais concedidos no período de 1º de novembro de 2005 a 31 de outubro de

2006, excetuando-se aqueles decorrentes de implemento de idade, equiparação salarial, promoção e término de aprendizagem.

CLÁUSULA 2ª – SALÁRIO DE INGRESSO

– Fica garantido aos empregados abrangidos pela presente, a título de salário de ingresso, já incluído o reajuste previsto na Cláusula Primeira, a partir de 1º de novembro de 2006, a importância mensal de R\$ 466,00 (quatrocentos e sessenta e seis reais) excluídos deste os COMISSIONISTAS MISTOS e PUROS; TELEMARKETING; “OFFICE-BOY”; EMPACOTADORES e MOTORISTAS; FAXINEIROS e/ou TRABALHADORES EM SERVIÇOS DE LIMPEZA e MENORES APRENDIZ.

PARÁGRAFO PRIMEIRO – Aos motoristas é assegurado um salário de ingresso no valor de R\$ 496,37 (quatrocentos e noventa e seis reais e trinta e sete centavos), a partir de 1º de novembro de 2006, já incluído o reajuste previsto na Cláusula Primeira.

PARÁGRAFO SEGUNDO – Nenhum comerciante poderá perceber salário inferior ao salário de ingresso, estabelecido na Cláusula Segunda, salvo, "Office-Boy", empacotadores, faxineiros e demais trabalhadores em serviço de limpeza e os Menores Aprendizizes.

PARÁGRAFO TERCEIRO – Aos faxineiros e demais trabalhadores em serviço de limpeza será garantido o salário de R\$ 365,75 (trezentos e sessenta e cinco reais e setenta e cinco centavos).

PARÁGRAFO QUARTO – Aos empregados que trabalhem em lojas tipo "Home-Center", representadas pelo SINDIVAREJISTA/DF, é assegurado um piso da categoria no valor correspondente à R\$ 478,61 (quatrocentos e setenta e oito reais e sessenta e um centavos).

PARÁGRAFO QUINTO – Aos ocupantes de cargo de Gerente é assegurada a garantia mínima de um piso salarial inicial no valor de R\$ 466,00 (quatrocentos e sessenta e seis reais), mais 35% (trinta e cinco por cento).

PARÁGRAFO SEXTO – Aos empregados que trabalham em telemarketing/telefonista é assegurado um salário mínimo de ingresso no valor de R\$ 466,00 (quatrocentos e sessenta e seis reais), sendo que sua jornada de trabalho é de 06 (seis) horas diárias, ficando ressalvadas as condições mais benéficas já praticadas e as compensações horárias.

PARÁGRAFO SÉTIMO – Aos comerciantes que trabalham como Atendentes, Auxiliar de Depósito, Auxiliar de Departamento de Crédito, Caixa, Cobrador, Copeira, Digitador, Estoquista, Moto Boy, Recepcionista, segurança/vigia é assegurado um salário mínimo de R\$ 466,00 (quatrocentos e sessenta e seis reais), conforme tabela em anexo.

PARÁGRAFO OITAVO – Aos empregados contratados como Menor Aprendiz (Contrato de Aprendizagem), nos termos da Lei 10.097/2000, será considerado o valor do salário mínimo para o cálculo do "salário mínimo hora".

CLÁUSULA 3ª – QUINQUÊNIO – Aos empregados no comércio que trabalhem em empresas representadas pelo SINDIVAREJISTA/DF será assegurado, a cada período de cinco anos de serviço na mesma empresa, um adicional de 4% (quatro por cento) sobre o seu salário-base, a título de quinquênio, a ser pago pelo empregador durante a vigência da presente Convenção Coletiva de Trabalho.

CLÁUSULA 4ª – GARANTIA MÍNIMA DO COMMISSIONISTA – Aos comissionistas puros e mistos será assegurada uma garantia mínima mensal equivalente ao valor do salário de ingresso da Categoria, previsto no "caput" da Cláusula Segunda, acrescido de 25% (vinte e cinco por cento), quando o total das comissões, mais o repouso semanal remunerado não atingir a referida quantia.

CLÁUSULA 5ª – GRATIFICAÇÃO POR QUEBRA DE CAIXA – As empresas que descontarem dos salários de seus empregados, no exercício efetivo da função de caixa, eventuais diferenças verificadas, pagarão a estes, exceto nos casos de dolo, a título de quebra de caixa, um valor mensal equivalente a 15% (quinze por cento) de seu salário, enquanto no exercício da função.

CLÁUSULA 6ª – CONFERÊNCIA DOS VALORES DE CAIXA – A conferência dos valores de caixa será realizada dentro da jornada de trabalho do operador responsável e na presença deste. Impedido pela empresa de acompanhar a conferência dos valores por ele operados ficará isento de responsabilidade por eventuais erros verificados.

CLÁUSULA 7ª – CHEQUES DEVOLVIDOS – Fica proibido descontar da remuneração dos empregados os valores de cheques devolvidos por insuficiência de fundos ou irregularidade, exceto nos casos em que não tenham sido obedecidas as normas da empresa.

CLÁUSULA 8ª – CÁLCULO DE FÉRIAS, 13º SALÁRIO, AVISO PRÉVIO E VERBAS RESCISÓRIAS DO COMMISSIONISTA – O cálculo do valor das férias, 13º salário, aviso prévio e verbas rescisórias, do empregado comissionista, será com base nas 08 (oito) maiores comissões mais descanso semanal remunerado dos últimos 12 (doze) meses.

PARÁGRAFO PRIMEIRO – Em se tratando de salário maternidade serão consideradas as 03 (três) maiores comissões percebidas nos últimos 12 (doze) meses mais o descanso semanal remunerado.

PARÁGRAFO SEGUNDO – REPOUSO SEMANAL REMUNERADO – Os empregados que percebam verbas variáveis (comissões) receberão o repouso semanal remunerado de acordo com o seguinte cálculo: divide-se as verbas variáveis pelos números de dias úteis e multiplica-se o resultado pelo número de domingos e feriados verificados no mês.

CLÁUSULA 9ª – HORAS EXTRAS – As duas primeiras horas de trabalho, excedentes da jornada diária normal, serão remuneradas com o adicional de 50% (cinquenta por cento) e as horas subsequentes com o adicional de 100% (cem por cento).

CLÁUSULA 10 – HORÁRIO DE ALMOÇO – CONCLUSÃO DAS VENDAS – Quando o empregado precisar continuar trabalhando em seu horário de almoço, em função de negociação ou venda em curso, a parte do intervalo correspondente ao despendido na conclusão da venda será por ele computada no final do período, a fim de garantir o efetivo descanso previsto.

CLÁUSULA 11 – COMPENSAÇÃO DE HORÁRIO DE TRABALHO E JORNADA DO VIGIA – A jornada de trabalho do vigia poderá ser em escala de 12hs x 36hs (doze horas de trabalho por trinta e seis de descanso).

PARÁGRAFO ÚNICO – A jornada prevista nesta cláusula poderá igualmente ser praticada pelos demais empregados abrangidos pela presente convenção, desde que solicitado pelo empregado ou previamente autorizado pelos sindicatos convenientes.

CLÁUSULA 12 – HORÁRIO DE ALMOÇO E/OU LANCHE NO RECINTO DA EMPRESA – É permitido ao empregado, durante o horário de almoço e/ou lanche, usufruir do seu descanso no recinto da empresa, desde que obedecidas às normas internas, não constituindo a sua permanência, nesta condição, presunção de que esteja trabalhando.

CLÁUSULA 13 – REGULAMENTAÇÃO DO TRABALHO DOS COMERCIÁRIOS NOS DIAS DE DOMINGO

– Considerando que o art. 611 da CLT prevê, expressamente, que a Convenção Coletiva de Trabalho é o acordo de caráter normativo, onde são estipuladas as condições aplicáveis às relações individuais de trabalho;

Considerando a necessidade de regulamentar o trabalho dos Comerciantes em Domingos, uma vez que autorizado pela Lei nº 10.101/2000 e visando a regulamentação da autorização contida no artigo 6º, da citada Lei, os Sindicatos convenientes fixam as condições para esse trabalho nos seguintes termos:

I – O trabalho realizado pelo comerciante nos dias de Domingo será de 06 (seis) horas, sendo tolerado o trabalho de mais 01 (uma) hora de serviços realizados de forma interna, antes ou depois da abertura da loja, sem que essa seja considerada como “extra”;

II – O Comerciante que laborar em um Domingo, necessariamente terá folga em outro Domingo, no decorrer do mês;

III – A hora extra no trabalho de domingo será remunerada com o adicional de 150% (cento e cinquenta por cento) do valor da hora normal;

IV – O Comerciante que for trabalhar no domingo, terá direito ao Descanso Semanal Remunerado no curso da semana que anteceder o trabalho neste dia, salvo acordo entre a empresa e os sindicatos convenientes;

V – Os empregados que laborarem aos domingos, terão ainda as seguintes vantagens:

- Comissão acrescida de 50% aos comissionistas, assegurando-se um mínimo de R\$ 19,95 (dezenove reais e noventa e cinco centavos) pelo dia trabalhado caso as vendas realizadas não permita a remuneração correspondente à 1/30 (um trinta avos) da garantia constante da Cláusula Terceira;
- Para aqueles que recebem salário fixo, o valor do dia será acrescido de 50%, garantido o valor mínimo de R\$ 19,95 (dezenove reais e noventa e cinco centavos) pelo dia trabalhado;
- Fica garantido o valor de R\$ 6,90 (seis reais e noventa centavos) para refeição, sendo vedado o desconto;
- Vale transporte ou valor equivalente em dinheiro, sendo vedado o desconto;
- Multa de 50% (cinquenta por cento) do piso de ingresso no valor de R\$233,00 (duzentos e trinta e três

reais) para as empresas que venham descumprir qualquer um dos itens desta cláusula, valor esse que deverá ser pago ao empregado prejudicado;

f) A aplicação da multa aqui prevista não será cumulativa com a multa prevista na Cláusula Quinquagésima Nona.

VI – A empresa que desejar funcionar nos dias de domingo, deverá obter o competente CERTIFICADO, a ser expedido se a mesma estiver em dia com suas obrigações patronais e laborais, o qual será expedido em conjunto pelo SINDIVAREJISTA/DF com o SINDICOM/DF.

VII – Não há obrigatoriedade para o empregador de abrir seus estabelecimentos nos domingos.

VIII – Nos dias 24 de dezembro de 2006, as lojas fecharão suas portas para atendimento ao público às 17hs, sendo que os empregados continuarão a atender aos consumidores que estiverem dentro do estabelecimento.

IX – Excepcionalmente nesta Convenção, no dia 31 de dezembro de 2006, domingo, os empregados não poderão trabalhar.

X – Ficam garantidas as condições mais vantajosas que já sejam praticadas.

CLÁUSULA 14 – DO TRABALHO EM FERIADOS

– Na vigência da presente Convenção Coletiva de Trabalho só será admitido o trabalho nos Feriados dos dias 02, 15 e 30 de novembro de 2006, 21 de abril de 2007, 15 de junho de 2007, 12 de outubro de 2007, e excepcionalmente nesta convenção no dia 07 de setembro de 2007.

PARÁGRAFO PRIMEIRO – Ficará assegurado ao empregado que trabalhar em um feriado não poderá trabalhar no feriado subsequente.

PARÁGRAFO SEGUNDO – O empregado que trabalhar em feriado que coincida com o sábado, não trabalhará no domingo subsequente.

PARÁGRAFO TERCEIRO – Os empregados não trabalharão nas seguintes datas: 25 de dezembro de 2006; 01 de janeiro de 2007, 18, 19 e 20 de fevereiro de 2007; 06 de abril de 2007 e 01 de maio de 2007.

PARÁGRAFO QUARTO – Fica estipulada multa equivalente a 50% (cinquenta por cento) do salário de ingresso no valor de R\$ 233,00 (duzentos e trinta e três reais), a ser paga pela empresa que

descumprir obrigação prevista nesta cláusula, revertendo em favor do empregado prejudicado, não sendo essa cumulativa com a Cláusula Quinquagésima Nona.

PARÁGRAFO QUINTO – Ficam asseguradas aos empregados que trabalharem nos dias de feriado, as mesmas condições de trabalho previstas para os dias de domingo.

CLÁUSULA 15 – DIA DO COMERCIÁRIO – 30 DE OUTUBRO DE 2007

– Na segunda feira de carnaval (19/02/2007), apesar de não ser feriado será comemorado o Dia do Comerciante, ficando assegurada à remuneração normal, sendo expressamente proibido o trabalho neste dia.

CLÁUSULA 16 – COMEMORAÇÕES CARNAVALESCAS

– No período de festas carnavalescas de 2007, as empresas dispensarão do trabalho seus empregados nos dias 18 (domingo); 19 (segunda-feira) e 20 (terça-feira) de fevereiro de 2007, em todo o expediente. Na quarta-feira, dia 21 de fevereiro de 2007, até às 13hs.

CLÁUSULA 17 – COMPENSAÇÃO DE JORNADA – BANCO DE HORAS (LEI Nº 9.601/98 E MP Nº 1.709/98)

– Fica estabelecido que empresas que assim desejarem poderão estabelecer que as horas extras trabalhadas em um dia poderão ser compensadas com folgas em outro dia, desde que a compensação ocorra dentro dos 120 (cento e vinte) dias subsequentes à sua prestação, e o somatório não exceda as jornadas semanais da categoria, nem às 10 (dez) horas diárias.

PARÁGRAFO PRIMEIRO – SALDO DE HORAS

– Quando da rescisão do contrato de trabalho, se houver saldo de horas não compensadas, o empregador pagará as horas extras no ato da homologação da rescisão.

PARÁGRAFO SEGUNDO – No final de 120 (cento e vinte) dias serão compensados os acréscimos ocorridos, iniciando-se nova contagem de horas e, se o somatório das horas excedentes persistir, o saldo não compensado será pago com o adicional das horas extras previstas nesta Convenção Coletiva.

PARÁGRAFO TERCEIRO – As empresas que desejarem trabalhar com Banco de Horas, deverão firmar Acordo

Coletivo de Trabalho com o SINDICATO DOS EMPREGADOS NO COMÉRCIO DO DISTRITO FEDERAL e o SINDICADO DO COMÉRCIO VAREJISTA DO DISTRITO FEDERAL, sendo que para tanto deverão realizar Assembléia onde deverá constar, necessariamente, a presença de um representante de cada Sindicato.

CLÁUSULA 18 – VALE-TRANSPORTE

Quando da concessão dos Vales-Transportes, as empresas poderão efetuar o seu pagamento em espécie, no valor equivalente à passagem do dia, podendo o pagamento se dar de forma semanal, quinzenal ou mensal, considerando que essa forma atende à finalidade legal para que foi instituído o vale-transporte, não sendo contraprestação de serviços.

PARÁGRAFO PRIMEIRO – No caso de haver reajustes de passagens, e optando a empresa pelo pagamento em espécie, deverá, quando for o caso, essa proceder ao respectivo complemento.

PARÁGRAFO SEGUNDO – Do pagamento em espécie, do transporte destinado ao deslocamento para o trabalho e retorno, em percurso servido ou não por transporte público, será descontado o percentual legal, sendo que os valores pagos não integrarão os salários, para quaisquer efeitos legais, segundo dispõe o art. 458 inciso III, da CLT, alterado pela Lei nº 10.243/2001.

PARÁGRAFO TERCEIRO – Entende-se que a base de cálculo para desconto do Vale Transporte compreenderá a remuneração fixa e variável (comissão).

CLÁUSULA 19 – TICKET REFEIÇÃO/ VALE ALIMENTAÇÃO – As empresas que possuem mais de 30 (trinta) empregados concederão Ticket Refeição ou Vale Alimentação aos seus empregados, que terá o valor mínimo de R\$5,90 (cinco reais e noventa centavos) por dia trabalhado, podendo ser descontado 10% (dez por cento) do valor do Ticket ou Vale Alimentação.

PARÁGRAFO PRIMEIRO – O pagamento do Ticket e/ou Vale Alimentação poderá ser efetuado em espécie, sendo que caso assim seja efetuado, os valores pagos não integrarão os salários, para quaisquer efeitos legais, podendo o pagamento se dar de forma semanal, quinzenal ou mensal.

PARÁGRAFO SEGUNDO – As empresas que fornecerem alimentação a seus empregados, até a data da assinatura da presente Convenção Coletiva de Trabalho, ficam dispensados do fornecimento do Ticket Refeição ou Vale Alimentação. As empresas que já fornecem Ticket Refeição ou Vale Alimentação não poderão suprimi-los ou trocá-los por refeição.

PARÁGRAFO TERCEIRO – O valor do Ticket Refeição ou Vale Alimentação já fornecidos pelas empresas, será reajustado no mesmo percentual previsto na Cláusula Primeira.

CLÁUSULA 20 – CONTRIBUIÇÃO ASSISTENCIAL PARA FAZER FACE AOS CUSTOS COM A ASSISTÊNCIA PRESTADA A TODA A CATEGORIA, EM ATENDIMENTO AO DISPOSTO NO ART. 8º, III, DA CONSTITUIÇÃO E EM CONFORMIDADE COM AS ÚLTIMAS DECISÕES DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL – STF

– Considerando que foi aprovado pela Assembléia Geral que deliberou sobre os itens da negociação coletiva e delegou poderes para a assinatura desta Convenção Coletiva de Trabalho, e de acordo com o disposto no art. 8º, III, da Constituição Federal e os vários preceitos da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, que obrigam o Sindicato a promover assistência e defesa dos direitos e interesses coletivos e individuais de toda a categoria, independentemente de ser associado ou não, e na conformidade do inciso IV do mesmo art. 8º da Constituição Federal, que autoriza a fixação de contribuição pela assembléia geral dos sindicatos, independentemente da prevista em lei, para suplementar o custeio do sistema sindical confederativo, considerando também as últimas decisões do STF (RE-88.022-SP e RE-200.700-RS), é fixada a CONTRIBUIÇÃO ASSISTENCIAL a ser paga por todos os representados, na forma prevista nos parágrafos desta cláusula.

PARÁGRAFO PRIMEIRO – As empresas descontarão de todos os seus empregados que sejam beneficiados por esta Convenção Coletiva de Trabalho, sindicalizados ou não, o percentual de 2% (dois por cento), no mês de novembro/2006, e 2% (dois por cento) no mês de dezembro/2006 e 1% (um por cento), no mês de julho de 2007, percentuais incidentes sobre as remunerações daqueles meses, limitados ao

teto de R\$ 70,00 (setenta reais) por desconto, em favor da Entidade Profissional, para ampliação da assistência prestada e desenvolvimento patrimonial em benefício de todos e não somente de associados, recolhendo ao Sindicato Obreiro até o 5º (quinto) dia após o desconto.

PARÁGRAFO SEGUNDO – Subordina-se o presente Desconto Assistencial à não oposição do comerciário manifestada pessoal e individualmente perante o Sindicato laboral, no prazo de até 10 (dez) dias corridos após a assinatura da presente Convenção Coletiva de Trabalho.

PARÁGRAFO TERCEIRO – O valor acima será depositado em conta do Sindicato laboral, mediante guia a disposição do empregador na sede do Sindicato Profissional ou no site www.sindicomdf.com.br deste sindicato.

PARÁGRAFO QUARTO – As empresas promoverão o desconto da taxa assistencial de todos os empregados admitidos a partir da assinatura desta avença e de todos aqueles admitidos no curso da vigência deste instrumento, procedendo ao pagamento dos valores descontados em guia própria fornecida pela entidade profissional nas seguintes datas:

- a) O desconto do mês de novembro de 2006 será repassado ao Sindicato obreiro até o dia 05 de dezembro de 2006, sendo que caso a folha de pagamento já tenha sido fechada na data da assinatura da presente, o desconto poderá ser efetuado na folha de pagamento do mês subsequente, ou ainda se a empresa fizer uso de folha suplementar deverá efetuar o desconto nesta.
- b) O desconto no mês de dezembro de 2006 será repassado ao Sindicato obreiro até o dia 05 de janeiro de 2007.
- c) O desconto no mês de julho de 2007 será repassado ao Sindicato obreiro até o dia 05 de agosto de 2007.

CLÁUSULA 21 – CONTRIBUIÇÃO ASSISTENCIAL E CONFEDERATIVA DOS EMPREGADORES PARA FAZER FACE AS DESPESAS COM AS ASSISTÊNCIAS A TODA A CATEGORIA – Conforme deliberação da Assembléia do Sindicato patronal, e do Conselho de Representantes da FECOMÉRCIO/DF, e de acordo com o disposto no art. 8º, III e IV da Constituição Federal, todas as empresas que exercem atividades

representadas pelo Sindicato do Comércio Varejista do Distrito Federal recolhido, bimestralmente, junto ao Banco do Brasil, em favor do SINDIVAREJISTA/DF, mediante guia a ser fornecida por este, a CONTRIBUIÇÃO ASSISTENCIAL e a CONTRIBUIÇÃO CONFEDERATIVA, para a assistência a todos e não somente a associados, conforme estabelecido na seguinte tabela.

TABELA

| | |
|------------------------------|--------------|
| * 00 a 03 Empregados | R\$ 70,00 |
| * 04 a 10 Empregados | R\$ 115,00 |
| * 11 a 20 Empregados | R\$ 162,00 |
| * 21 a 30 Empregados | R\$ 207,00 |
| * 31 a 50 Empregados | R\$ 298,00 |
| * 51 a 80 Empregados | R\$ 435,00 |
| * 81 a 110 Empregados | R\$ 572,00 |
| * 111 a 150 Empregados | R\$ 845,00 |
| * 151 a 200 Empregados | R\$ 1.395,00 |
| * acima de 201 Empregados | R\$ 1.897,00 |

PARÁGRAFO PRIMEIRO – Os pagamentos relativos à Contribuição Assistencial deverão ser efetuados nas seguintes datas, e o valor deverá ser recolhido conforme a Tabela acima:

- 15/02/2007, correspondente ao bimestre de JAN. a FEV/2007;
- 15/04/2007, correspondente ao bimestre de MAR. a ABR/2007;
- 15/06/2007, correspondente ao bimestre de MAI. a JUN/2007;
- 15/08/2007, correspondente ao bimestre de JUL. a AGO/2007;
- 15/10/2007, correspondente ao bimestre de SET. a OUT/2007;
- 15/12/2007, correspondente ao bimestre de NOV. a DEZ/2007.

PARÁGRAFO SEGUNDO – A Contribuição Confederativa correspondente ao ano de 2007 deverá ser paga em uma única parcela, devendo o valor ser recolhido, conforme a Tabela acima, e até o dia 15/07/2007.

I – O atraso no pagamento da contribuição supramencionada acarretará na incidência de multa de 10% do valor da contribuição, bem como em correção monetária a ser calculada pela média dos índices fornecidos pelo IGPM/FGV e INPC/IBGE.

PARÁGRAFO TERCEIRO – Os valores referidos no “caput” do artigo serão igualmente corrigidos pela média da variação do IGPM/FGV e INPC/IBGE.

CLÁUSULA 22 – PRAZO PARA HOMOLOGAÇÃO DAS RESCISÕES DE CONTRATO – No caso de aviso prévio indenizado, as empresas homologarão a rescisão dos contratos de trabalho, a partir de 06 meses, até o 10º dia, contado da data da comunicação do despedimento, ressalvadas as seguintes hipóteses:

- recusar-se o empregado a assinar a comunicação de dispensa, desde que devidamente comprovado pela empresa a tentativa de comunicação;
- assinada, deixar de comparecer ao ato;
- comparecendo o empregador, não se realizar a homologação por motivos alheios a sua vontade. Nesta hipótese deverá, necessariamente, o sindicato profissional atestar o comparecimento do mesmo no Termo de Rescisão;
- No caso de depósito na conta bancária do empregado este tem que ser realizado no dia da homologação, nos termos do art. 477, §4º, da CLT.
- pelo não cumprimento desta cláusula fica estipulada a multa do §8º, do art. 477 da CLT.

PARÁGRAFO PRIMEIRO – Fica facultada ao empregador a homologação no Sindicato dos Empregados no Comércio do DF de qualquer rescisão do contrato de trabalho a partir do terceiro mês.

PARÁGRAFO SEGUNDO – Fica pactuado que deverá constar no aviso prévio dado ao empregado a data, o local e a hora marcados para a homologação da rescisão contratual.

PARÁGRAFO TERCEIRO – As empresas deverão no prazo de 06 (seis meses), contado a partir da assinatura da presente avenca, fornecer a chave de conectividade para o saque o FGTS do empregado, não podendo, no entanto, ser penalizada caso a disponibilização não dependa de atos do empregador.

CLÁUSULA 23 – DOCUMENTOS QUE DEVEM SER APRESENTADOS NA HOMOLOGAÇÃO DAS RESCISÕES DE CONTRATO

Além dos documentos legalmente exigidos para a homologação das rescisões contratuais deverão os empregadores apresentar, no ato da homologação, as guias de contribuições assistenciais e sindicais devidas às entidades sindicais patronal e laboral.

PARÁGRAFO PRIMEIRO – A não apresentação da documentação aqui estabelecida, implicará a aplicação de multa diária, correspondente a 1/30 do valor do salário de ingresso, fixado na Cláusula Segunda, sendo que essa reverterá em favor da entidade, cujas guias não forem apresentadas.

PARÁGRAFO SEGUNDO – Não poderá, entretanto, o Sindicato laboral recusar-se a efetuar a competente homologação. Caso o empregador não apresente os comprovantes das guias devidamente quitadas no ato da homologação, lhe será concedido o prazo de 05 (cinco) dias, após o qual incidirá a multa estabelecida no parágrafo anterior, até a data da apresentação ou pagamento, se for o caso.

PARÁGRAFO TERCEIRO – As divergências quanto a entendimentos sobre os reais valores devidos não impedirão a homologação e o respectivo pagamento das parcelas constantes do TRCT, sendo que o Sindicato, neste caso, procederá à homologação com ressalvas quanto às parcelas controversas.

PARÁGRAFO QUARTO – Os valores correspondentes às multas devidas as entidades patronais e laboral deverão ser recolhidos nas tesourarias das mesmas e apresentado comprovante no Sindicato profissional.

CLÁUSULA 24 – FORNECIMENTO DE DOCUMENTOS – As empresas fornecerão ao empregado, por ocasião da demissão, sem justa causa e no caso de pedido de demissão, a Relação de Salários e Contribuições – RSC e Carta de Referência, caso não haja motivos desabonadores.

CLÁUSULA 25 – ATESTADO MÉDICO Reconhecimento, por parte das empresas, de atestados médicos passados por facultativos do Sindicato dos Empregados no Comércio do Distrito Federal e SESC, desde que credenciados pelo INSS, exceto quando as empresas oferecerem assistência médica aos seus empregados, ou através de convênio, quando somente serão aceitos os atestados passados por médicos a elas conveniados, sendo que as empresas com mais de 150 (cento e cinquenta) empregados ficam desobrigadas da

contratação de médico do trabalho/coordenador, de acordo com a Portaria nº 08 de 08.05.96 da Secretaria de Saúde do Ministério do Trabalho – S.S.M.T, combinado com a Portaria nº 865/95, do Ministério do Trabalho.

PARÁGRAFO ÚNICO – Os atestados ADMISSIONAL, DEMISSIONAL, PERIÓDICO, MUDANÇA DE FUNÇÃO, deverão ser custeados pela empresa conforme prevê a NR 07 – PCMSO.

CLÁUSULA 26 – DISPENSA DO AVISO PRÉVIO – Se no curso do aviso prévio, qualquer que seja o comunicante, o empregado conseguir novo emprego, a empresa o dispensará do seu cumprimento, ficando desobrigada do pagamento desde que no curso do aviso prévio concedido pelo empregador ou pelo empregado.

CLÁUSULA 27 – DISPENSA À VÉSPERA DA APOSENTADORIA – As empresas não demitirão empregados à véspera da aposentadoria por tempo de serviço, considerando tal o prazo de 12 meses que antecederem o limite legal, salvo os casos de falta grave ou impossibilidade econômica devidamente comprovada.

CLÁUSULA 28 – BALANÇO DAS EMPRESAS – É vedada às empresas a realização de balanços em Feriados, devendo os mesmos serem realizados em dia útil de trabalho.

CLÁUSULA 29 – CARGA E DESCARGA DE CAMINHÕES – As empresas ficam impedidas de utilizar seus empregados vendedores nos serviços de carga e descarga de caminhões.

CLÁUSULA 30 – UNIFORMES – Os empregados receberão uniformes gratuitos, quando de uso obrigatório, ressalvado o direito das empresas à indenização por extravio ou inutilização dolosa pelo empregado, devendo devolver o mesmo ao final do contrato de trabalho.

CLÁUSULA 31 – REVISTA – Fica expressamente proibida a revista do empregado por pessoas de sexo oposto ao seu, sendo vedados abusos e excessos na vistoria.

CLÁUSULA 32 – VESTIÁRIOS – Nos estabelecimentos em que a atividade exija troca de roupas no local de trabalho ou em que seja exigido o uso de uniformes ou guarda-pó, haverá local apropriado para vestiário, dotado de armários individuais, com chave privativa e que somente poderão ser abertos pela empresa na presença do respectivo usuário.

CLÁUSULA 33 – DISPENSA DE VESTIÁRIOS – Nas atividades em que não haja exigência de troca de roupas no local de trabalho, não será o vestiário exigido, bastando que o empregador proporcione gavetas, escaninhos ou cabides em que possam os empregados guardar ou pendurar roupas ou pertences de seu uso, respeitada a individualidade de utilização.

CLÁUSULA 34 – INSPEÇÃO DOS VESTIÁRIOS – Os empregados não poderão recusar, quando solicitados pela empresa, a abrir os armários individuais, gavetas ou escaninhos proporcionados ao seu uso, conforme cláusulas Trigésima Segunda e Trigésima Terceira, facultada a inspeção, em sua presença, desses locais, quanto ao seu uso correto e adequado, condições de higiene e limpeza.

CLÁUSULA 35 – GARANTIA DE EMPREGO À GESTANTE – À empregada gestante será garantido o emprego até 60 (sessenta) dias após o término da licença-maternidade, devendo esta avisar a empresa do seu estado gravídico.

CLÁUSULA 36 – GARANTIA DE EMPREGO AO DOENTE – Ao empregado afastado do trabalho por motivo de doença, é garantido o emprego por 30 dias, contados a partir da alta médica, quando o afastamento ocorrer por período igual ou superior a 30 dias ininterruptos.

PARÁGRAFO ÚNICO – Excetuam-se da garantia expressa no “caput” desta cláusula, as hipóteses de justa causa ou acordo entre as partes, sendo esta última devidamente assistida pelo sindicato profissional.

CLÁUSULA 37 – ESTABILIDADE SERVIÇO MILITAR – Fica assegurada a estabilidade ao empregado que prestar serviço militar ou tiro de guerra, a partir da data da incorporação e até 45 dias após retorno ao emprego, que deverá se dar, no máximo, em 30 dias após a baixa.

CLÁUSULA 38 – AUXÍLIO FUNERAL – No caso de falecimento do empregado, a empresa pagará, mediante a apresentação da Certidão de Óbito, a título de Auxílio Funeral, ao cônjuge ou dependente legal, valor equivalente a um salário de ingresso estabelecido no “caput” da Cláusula Segunda, contra recibo, inclusive se o fato ocorrer durante o período de experiência.

CLÁUSULA 39 – EMPREGADO SUBSTITUTO – Enquanto perdurar a substituição que não tenha caráter meramente eventual, o empregado substituto fará *jus* ao salário contratual do substituído.

CLÁUSULA 40 – EMPREGADO ADMITIDO – Admitido empregado para a função de outro dispensado sem justa causa, será garantido àquele salário igual ao do empregado de menor salário na função, sem considerar vantagens pessoais.

CLÁUSULA 41 – ASSENTOS – As empresas colocarão assentos para os empregados que habitualmente trabalham em pé, no atendimento ao público, que serão utilizados nas pausas que o trabalho permitir.

CLÁUSULA 42 – AMAMENTAÇÃO – A licença para amamentação de 30 (trinta) minutos prevista no artigo 396 da CLT, quando atestada a sua obrigatoriedade por médico da empresa ou se esta não o tiver, por médico da Previdência Social, poderá ser concedida no início ou no final da jornada de trabalho, de acordo com o interesse da empregada e desde que previamente acertado com a empresa.

CLÁUSULA 43 – ABONO DE FALTA AO EMPREGADO ESTUDANTE – Fica assegurado ao empregado estudante, nos dias de provas escolares que coincidam com o seu horário de trabalho,

o abono de tempo necessário à realização das provas e locomoção, desde que pré-avisado o empregador, com antecedência mínima de 24 (vinte e quatro) horas, e no prazo de 05 (cinco) dias, comprovado o comparecimento às provas, por documento fornecido pelo estabelecimento de ensino.

CLÁUSULA 44 – FÉRIAS PARA CASAMENTO – Fica facultado ao empregado gozar suas férias em período coincidente com a época de seu casamento desde que comunique à empresa com antecedência mínima de 60 dias e que o evento não ocorra em período de pico de vendas da empresa.

PARÁGRAFO ÚNICO – Fica garantida a licença remunerada de 4 dias consecutivos após o casamento.

CLÁUSULA 45 – FALTAS JUSTIFICADAS – Ficam estabelecidas as seguintes regras para ausências legais em dias úteis:

- a) 3 dias em caso de falecimento do cônjuge e ascendente;
- b) 5 dias no caso de adoção de criança;

PARÁGRAFO ÚNICO – Todas as ausências estipuladas no “caput” da presente cláusula serão consideradas mediante documentação que comprovem as condições estabelecidas.

CLÁUSULA 46 – FREQUÊNCIA DO DIRIGENTE SINDICAL – As empresas concederão a frequência livre dos dirigentes sindicais para atenderem a realização de assembléias, reuniões e trabalhos sindicais devidamente convocados pelo sindicato laboral sem prejuízos da remuneração, que será paga pela empresa, desde que avisadas com 48 (quarenta e oito horas) de antecedência.

CLÁUSULA 47 – FICHA DE SINDICALIZAÇÃO – No ato da contratação as empresas disponibilizarão fichas de sindicalização para os novos empregados.

CLÁUSULA 48 – MENSALIDADE – As empresas ficam obrigadas a descontar em folha de pagamento de seus empregados, desde que devidamente autorizadas pelo empregado, as contribuições devidas ao Sindicato, quando por este notificadas.



Valdir Gonçalves Lima (E), Odirlei Fernandes, Antonio Augusto de Moraes, Cely Sousa Soares e José Rodrigues representaram o Sindivarejista nas negociações da Convenção Coletiva de Trabalho, que irá vigorar até outubro de 2007

CLÁUSULA 49 – RELAÇÃO NOMINAL DE EMPREGADOS – Após terem efetuado os descontos referidos na Cláusula Vigésima e recolhidos os valores descontados nos prazos estabelecidos, as empresas deverão enviar ao Sindicato dos Empregados no Comércio do Distrito Federal, no máximo em 30 dias, a contar do desconto, a cópia da guia de contribuição assistencial correspondente, acompanhada de relação nominal dos empregados com os respectivos valores.

CLÁUSULA 50 – CONVÊNIO PARA EMPRÉSTIMOS – Conforme Lei 10.820/2003, as empresas poderão firmar convênios junto aos bancos credenciados para beneficiar seus empregados, desde que sugeridos pelo Sindicato.

CLÁUSULA 51 – CURSOS – As empresas do comércio custearão para seus empregados cursos profissionalizantes oferecidos pelo SESC e SENAC, desde que sejam de iniciativa das empresas.

CLÁUSULA 52 – ASSISTÊNCIA MÉDICA E ODONTOLÓGICA – As empresas concederão aos seus empregados (exceto os dependentes) a “Assistência Médica e Odontológica” oferecidas pelo SINDICATO DOS EMPREGA-

DOS NO COMÉRCIO DO DISTRITO FEDERAL, desde que atendidos os requisitos previstos nesta cláusula, na forma e moldes a seguir indicados:

I – Consultas ambulatoriais nas seguintes especialidades: Clínica Médica, Pediatria, Ginecologia.

II – Na área de Odontologia os seguintes procedimentos: restaurações (resina em dentes anteriores e amálgama nos dentes posteriores), extrações (exceto o siso), remoção de tártaro, profilaxia e aplicação de flúor.

III – Para o custeio dos serviços acima prestados, as empresas pagarão ao Sindicato Laboral importância de R\$ 5,74 (cinco reais e setenta e quatro centavos) por empregado que optar pelos serviços, mediante a assinatura de termo de adesão que deverá ser enviado pelo sindicato laboral à empresa.

IV – O empregado para fazer jus ao previsto nesta Cláusula, deverá ser sindicalizado e a empresa filiada ao SINDIVAREJISTA/DF.

PARÁGRAFO PRIMEIRO – Os empregados serão atendidos nas clínicas conveniadas e nos consultórios do Sindicato dos Empregados no Comércio do Distrito Federal, localizados nos seguintes endereços: Sub-sede de Taguatinga/DF e na sede do Plano Piloto, mediante agendamento prévio da consulta.

PARÁGRAFO SEGUNDO – As empresas que já oferecem planos de saúde a seus empregados ficam desobrigadas do previsto nesta cláusula.

PARÁGRAFO TERCEIRO – O Sindicato Laboral encaminhará às empresas as guias para o recolhimento da Contribuição prevista no item III do *caput*.

CLÁUSULA 53 – QUADROS DE AVISOS – As empresas se comprometem a afixar em seus estabelecimentos com mais de 50 (cinquenta) empregados, internamente em seus quadros de avisos, informações do interesse dos empregados e procedentes do Sindicato Profissional, desde que não contenham a divulgação de matérias político-partidárias, conceitos ou expressões injuriosas, que disponham os empregados contra a empresa ou autoridades.

CLÁUSULA 54 – COMISSÃO DE CONCILIAÇÃO PRÉVIA – A Comissão de Conciliação Prévia Intersindical prevista na Lei nº. 9.958/2000, criada pelos Sindicatos convenentes através de Termo Aditivo à Convenção Coletiva de Trabalho celebrada em 04-04-2000, fica mantida, devendo seu funcionamento ser mantido no local já estabelecido e com regimento próprio.

CLÁUSULA 55 – COMISSÃO PARA DISCUSSÃO DA MUDANÇA DA DATA-BASE – Os Sindicatos convenentes criarão uma Comissão para estudo a respeito da mudança da data-base da categoria, visando às negociações de 2007/2008, que se reunirá obrigatoriamente no mês de maio de 2007.

CLÁUSULA 56 – ABRANGÊNCIA – A presente Convenção Coletiva abrange os empregados das empresas representadas pelo Sindicato do Comércio Varejista do Distrito Federal, inclusive, as de vendas de cosméticos e seus similares em geral, e demais trabalhadores no comércio, representados pelo Sindicato dos Empregados no Comércio do Distrito Federal.

PARÁGRAFO ÚNICO – As empresas representadas pelo Sindicato do Comércio Varejista do Distrito Federal poderão contratar através de empresas interpostas, nos termos do Enunciado nº 331 do TST.

CLÁUSULA 57 – PREVALÊNCIA DE CONDIÇÕES – As cláusulas estabelecidas no presente instrumento normativo não prevalecerão nos casos de condições mais favoráveis já concedidas espontaneamente pelas empresas a seus empregados, mantidas, pois, as vantagens desta sobre aquelas.

CLÁUSULA 58 – MULTA – Fica estipulada multa equivalente a 50% (cinquenta por cento) do salário de ingresso no valor de R\$233,00 (duzentos e trinta e três reais), a ser pago pela empresa que descumprir obrigação de fazer, decorrente de disposições desta, revertendo-se em favor do empregado prejudicado, e em relação ao empregado essa multa será de metade deste valor.

PARÁGRAFO PRIMEIRO – Não será aplicada multa cumulativa, em especial aquelas previstas na letra “e” da Cláusula Décima Segunda e a do Parágrafo Terceiro da Cláusula Décima Terceira.

PARÁGRAFO SEGUNDO – Quando se tratar do descumprimento da cláusula referente ao desconto assistencial dos empregados o total descontado e não repassado no prazo será corrigido pela

média dos índices fornecidos pelo INCC/FGV e INPC/IBGE do mês anterior, acrescido de multa de 10% (dez por cento) sobre o total a ser recolhido.

CLÁUSULA 59 – REVISÃO, PRORROGAÇÃO, REVOGAÇÃO – O processo de prorrogação, revisão, denúncia ou revogação, total ou parcial da presente Convenção Coletiva de Trabalho será realizado nos termos do artigo 615 da CLT.

CLÁUSULA 60 – VIGÊNCIA – A presente Convenção Coletiva de Trabalho terá vigência de 01 (um) ano, com início em 1º de novembro de 2006 e término em 31 de outubro de 2007, salvo o banco de horas que terá vigência até 31 de dezembro de 2007.

E, por estarem assim acertadas, para que produza seus efeitos jurídicos, a presente convenção será lavrada em 05 (cinco) vias de igual forma e teor, comprometendo-se as partes a promover o depósito de uma cópia na Delegacia Regional do Trabalho do Distrito Federal, nos termos do art. 614, da CLT e da IN N.º 02/90.

Brasília, 23 de novembro de 2006.

Sindicato dos Empregados no Comércio do Distrito Federal
Geralda Godinho de Sales
 CPF N° 335.366.001-15 – CGC: 00.031.724/0001-00
Presidente

Sindivarejista – Sindicato do Comércio Varejista do Distrito Federal
Antonio Augusto Carvalho de Moraes
 CPF N° 001.870.961-53 – CGC: 00.697.631/0001-01
Presidente

TABELA DE CARGOS E SALÁRIOS (SINDIVAREJISTA)

| | | | |
|------------------------------------|------------------|--------------------------------|------------------|
| Atendente | R\$ 466,00 | Fiscal de Caixa | R\$ 466,00 |
| Auxiliar de Depósito | R\$ 466,00 | Garantia Mínima do | |
| Auxiliar de Serviços Gerais | R\$ 466,00 | Comissionista | R\$ 466,00 + 25% |
| Auxiliar do Depto de Crédito | R\$ 466,00 | Gerente (Garantia Mínima) | R\$ 466,00 + 35% |
| Caixa | R\$ 466,00 + 15% | Moto Boy | R\$ 466,00 |
| Cobrador | R\$ 466,00 | Motorista | R\$ 496,37 |
| Copeira | R\$ 466,00 | Office Boy | R\$ 350,00 |
| Digitador | R\$ 466,00 | Porteiro | R\$ 466,00 |
| Empacotador | R\$ 350,00 | Recepcionista | R\$ 466,00 |
| Empregados (Home Centers) | R\$ 478,61 | Segurança de Loja | R\$ 466,00 |
| Estoquista | R\$ 466,00 | Telemarketing | R\$ 466,00 |
| Faxineiro | R\$ 365,75 | Vigia | R\$ 466,00 |